

Avanços e retrocessos da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1920/40/50: o que mudou entre o pré e o pós Segunda Guerra Mundial?

Advances and setbacks of women's participation in the Brazilian labor market in the 1920s/40s/50s: what changed between pre- and post-World War II?

Brena Fernandez*

Resumo: A investigação acerca das causas, evolução e consequências das dificuldades da inserção feminina no mercado de trabalho formal vem despertando interesse acadêmico crescente pelo menos desde a década de 1970. No contexto dessa temática, o artigo analisa o avanço da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro entre as décadas de 1920 e 1940 e o seu posterior retrocesso, na década de 1950. Examinamos três hipóteses para tentar compreender o fenômeno, nomeadamente: as mudanças na economia suscitadas pela Segunda Guerra Mundial, a onda de industrialização do Brasil promovida entre 1930 e 1945 e a influência do patriarcado e do machismo presentes na sociedade brasileira do pós-guerra. Nosso intuito é contribuir para o preenchimento de uma lacuna nos estudos que envolvem o trabalho feminino no Brasil, especialmente na primeira metade do século XX, o que permitirá comparações com outras épocas e países.

Palavras-chave: Mulheres no Mercado de Trabalho Brasileiro; Mulheres na História Econômica; Segunda Guerra Mundial

Abstract: The investigation about the causes, evolution and consequences of the difficulties of female insertion in the formal labor market has been arousing growing academic interest at least since the 1970s. In the context of this theme, this article analyzes the advance of women's participation in the Brazilian labor market between the 1920s and 1940s and its subsequent decline in the 1950s. We examine three hypotheses to try to understand the phenomenon, namely: the changes in the economy brought about by the Second World War, the wave

* Pós-doutora em Filosofia (Universidade do Porto) e doutora em Ciências Humanas (UFSC). Atualmente é professora associada do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenadora do Núcleo de Estudos em Economia Feminista (NEEF/UFSC/CNPq).

of Brazilian industrialization promoted between 1930 and 1945, and the influence of patriarchy and machismo present in Brazilian post-war society. Our intention is to contribute to filling a gap in studies involving women's work in Brazil, especially in the first half of the 20th century, which will allow comparisons with other times and countries.

Keywords: Women in Brazilian Labor Market; Women in Economic History; World War I.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento da inserção feminina no mercado de trabalho foi uma das mais marcantes transformações ocorridas no Brasil, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial. De fato, é bastante conhecido na literatura o argumento de que os conflitos armados possuem a característica geral de modificar a dinâmica de trabalho baseada no sexo (RAMOS, 2018). Segundo a interpretação tradicional, “mostrar que a guerra não é um empreendimento exclusivamente masculino é descobrir as mulheres entregues a novas responsabilidades e a novas profissões – chefes de família, operárias de fábricas, condutoras de elétricos e, até, auxiliadoras do exército –, é vê-las adquirir mobilidade e confiança em si próprias.” (THEBAUD, 1995, p. 32). E isso num contexto sociocultural em que, segundo Silva (2014), de modo geral, a ocupação feminina em atividades fora do espaço doméstico era apenas admitida em dois casos: o primeiro deles era quando a necessidade econômica assim o exigia e a segunda quando as atividades laborais das mulheres estivessem relacionadas a ações beneficentes e/ou religiosas.

Inegavelmente houve alguns progressos marcantes no sentido do avanço da participação feminina no mercado laboral brasileiro entre 1920 e a Segunda Guerra Mundial que, no entanto, não conseguiram se sustentar durante a década seguinte, em 1950. Examinamos três hipóteses para explicar o fluxo e refluxo da participação das mulheres no mercado formal de trabalho durante esse período. Ao examinar as duas primeiras hipóteses -- o próprio fenômeno da guerra (PINHEIRO, 1995; RAMOS, 2018; SILVA, 2014) e a onda de industrialização brasileira ocorrida entre os anos 1930 e 1945 (ARVIN-RAD et al., 1997; FONSECA, 1989) -- buscamos compreender o avanço ocorrido entre

as décadas de 1920 e 1940. Já com a terceira conjectura – o peso das questões socioculturais típicas na primeira metade do século XX, como a influência do patriarcado e do machismo presentes na sociedade brasileira do pós-guerra (LERNER, 2019; MALUF; MOTT, 1998; SAFFIOTI, 1976) – procuramos elucidar o recuo da participação feminina no mercado de trabalho na década de 1950, após o fim da Segunda Guerra. Nossas conclusões apontam para um alinhamento com uma interpretação histórica de cariz mais crítico, consoante a qual a tese da guerra emancipadora é contestada (BRAYHON, 1981; THEBAUD, 1995). Essa perspectiva ganha força quando atentamos para o caráter tanto superficial quanto provisório das mudanças nos papéis tradicionais de gênero no mercado de trabalho que foram alcançadas em decorrência das reestruturações socioeconômicas direta ou indiretamente ocasionadas pelo conflito. Nessa direção, o mais adequado seria pensar na Guerra muito mais como um parêntese benfazejo para as mulheres. Deste prisma, “a imagem de uma dupla hélice (macho e fêmea) [...] exprime melhor o caráter simultaneamente provisório (a hélice roda num sentido e depois no outro) e superficial das mudanças, com uma constante subordinação dos papéis femininos aos masculinos.” (THÉBAUD, 1995, p. 81). Com efeito, nos períodos de guerra “temporariamente, a mulher poderia ‘ser como o homem’, adentrar o mundo do trabalho remunerado fora do lar, ainda que a desigualdade entre uns e outras permanecessem” (FONSECA, 2019, p. 524).

O artigo visa preencher uma lacuna nos estudos que envolvem o trabalho feminino brasileiro, especialmente na primeira metade do século XX, o que permitirá comparações com outras épocas e países. Tendo em vista o caráter do trabalho, realizamos tanto uma abordagem qualitativa, de pesquisa bibliográfica, recorrendo à análise da literatura histórica e econômica sobre a época, como também lançamos mão de uma abordagem quantitativa, baseada na estatística descritiva, quando utilizamos os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – comparando os indicadores demográficos com informações acerca da inserção laboral feminina dos anos de 1920, com os de 1940¹, e depois com os de 1950.

¹ Muito embora a previsão de realização do censo demográfico no Brasil desde a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fosse de 10 em 10 anos, devido à situação política do país em 1930, que passava pela Revolução que deu fim à República Velha, não foi realizado o censo demográfico no ano de 1930.

Tomando como pano de fundo a questão brevemente esboçada acima, a estrutura do artigo foi organizada em quatro seções, contando com essa introdução. Na segunda seção, comparamos a situação do mercado de trabalho brasileiro por meio de base de dados dos censos demográficos do IBGE de 1920, 1940 e 1950, contrapondo os períodos da década de 1920 com a década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial. Na terceira seção, analisamos as hipóteses que costumeiramente visam explicar a forte entrada feminina no mercado laboral na década de 1940 e na quarta e última seção elencamos as questões socioculturais do Brasil de meados do século XX que acreditamos explicarem a queda da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro dos anos 1950 e o seu simultâneo retorno à tradicional divisão sexual do trabalho, com o aumento de sua participação nas atividades domésticas tanto não remuneradas quanto remuneradas. Na conclusão, resumimos os principais pontos da nossa argumentação.

2. SITUAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 1920, 1940 e 1950: AVANÇOS E RETROCESSOS

A partir de um recorte de gênero, a inserção das mulheres no mercado de trabalho² representa um dos pontos centrais da análise econômica tendo em vista que, muito embora as mulheres negras e pobres sempre tenham trabalhado (HOOKS, 1984), as mulheres brancas das demais classes sociais enfrentaram (e ainda enfrentam) grandes dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho (KON, 2002; MADALOZZO et al., 2010) em igualdade de condições comparativamente àquelas desfrutadas pelos trabalhadores do sexo masculino. De fato, segundo Prost (1992, p. 18), no começo do século XX, o ideal era:

[...] uma jovem ficar na casa dos pais sem trabalhar. Se precisar, o melhor é que trabalhe permanecendo na casa dos pais, por

² Importante ressaltar que estamos tratando especificamente de trabalho assalariado, no mercado. Isto porque, em se tratando de trabalho doméstico, não remunerado, “as mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível” (PERROT, 2007, p. 109).

exemplo, costurando por encomenda. É somente nas camadas mais baixas da escala social que uma jovem vai trabalhar fora: na fábrica, na oficina ou na casa de um particular, como doméstica.

Não obstante esse fato, em determinados momentos da história conseguimos constatar algumas conquistas no tocante a uma conjuntura mais favorável à inserção laboral das mulheres. Alguns desses momentos são os grandes conflitos bélicos. A literatura especializada destaca que as Grandes Guerras “são notórias pelas mudanças abruptas que provocam na materialidade das sociedades e comunidades” (Ramos, 2018, p.13). Sobre a mobilização ocorrida na Segunda Grande Guerra, Milkmen (1987) argumenta que ela transformou dramaticamente a relação da mulher com o mercado de trabalho, flexibilizando as barreiras entre os trabalhos socialmente reputados como “masculinos” e “femininos”, e isso por uma razão bastante simples e pragmática: uma vez que grande número de varões era enviado para o combate deixando os seus postos de trabalho vagos, quem mais os preencheria senão as mulheres?

No caso específico do Brasil, somando-se a esse fator, na mesma época a principal pauta econômica da Era Vargas foi a busca pela industrialização do país como uma possível saída da dependência do Brasil do sistema agroexportador que caracterizava a nossa economia até então (DRAIBE, 1985), posição essa que se tornou célebre com sua máxima de governo – o famoso mote dos “50 anos em 5”. Por essa razão, a nosso ver, no Brasil, o chamado “esforço de guerra” sempre esteve estritamente vinculado à questão da premente necessidade de industrialização do país.

Por meio das informações colhidas quando dos recenseamentos dos períodos pré e pós Segunda Guerra Mundial, conseguimos visualizar mais concretamente a situação laboral de mulheres e homens no período em tela, a fim de observar se essas hipóteses encontram respaldo empírico. A Tabela 1, abaixo, teve os seus registros calculados e organizados a partir da série de dados do IBGE concernentes à população brasileira e à sua ocupação laboral nos anos de 1920, 1940 e 1950, segregados por gênero. Ela nos mostra, em primeiro lugar, que a população brasileira podia ser dividida quase que igualmente entre os gêneros durante toda a série histórica analisada,

como é natural acontecer. Não obstante esse fato, de acordo com os dados do IBGE (1920), nesse ano a percentagem de mulheres ocupadas com atividades profissionais era de aproximadamente 1,5 milhões, totalizando aproximadamente apenas **15,4%** da força de trabalho economicamente ativa da nação, isto é, excluindo-as pessoas que viviam de rendas e aquelas que não possuíam profissão, “justificando-se essa marginalização em termos das concepções tradicionais dos papéis femininos” (SAFFIOTI, 1976, p. 241). Enquanto isso, os homens respondiam pelos restantes 84,6% da população economicamente ativa na nação.

Tabela 1 - População total e empregada em 1920, 1940 e 1950. Dados desagregados por gênero (valores absolutos e percentagens)

Ano	1920		1940		1950	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
População Total	30.635.605		41.236.315		51.944.399	
População por gênero	15.443.818	15.191.787	20.614.088	20.622.227	25.885.001	26.059.398
Percentagem	50,41%	49,59%	49,99%	50,01%	49,82%	50,18%
Empregados Total	9.607.632		17.765.207		20.093.659	
Empregados por gênero	8.129.504	1.478.128	13.338.127	4.427.080	16.505.769	3.587.890
Percentagem	84,62%	15,38%	75%	24,92%	82,15%	17,85%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos censos demográficos do IBGE dos anos de 1920, 1940 e 1950.

Já em 1940 observa-se para as mulheres um salto, com o número absoluto das trabalhadoras do sexo feminino mais do que duplicando, chegando a quase 4,5 milhões. Em termos percentuais, isso passou a equivaler a **24,9%** do total da população economicamente ativa do nosso país, representando um aumento de **62%** (!) nesse período de duas décadas, ao passarem de uma participação percentual de **15,4%** do total dos trabalhadores brasileiros em 1920 para **24,9%** em 1940. Porém, esse índice voltaria a cair para **17,8%** na década seguinte, em 1950. Ou seja, na metade do século XX houve um

retrocesso de aproximadamente **40%** da participação feminina no mercado laboral em relação à década de 1940, o que suscita o levantamento de alguma hipótese que possa explicar o fenômeno.

Com relação à situação dos homens, por sua vez, houve uma queda de quase 10 pontos percentuais no patamar da população masculina empregada em 1940 comparativamente àquele observado ano de 1920. Efetivamente, segundo os dados do IBGE, na década de 1940, vemos uma redução no percentual dos homens empregados que passa de **84,6%** em 1920 para apenas **75%** em 1940. Em 1950, esse cenário volta a se reverter, com os homens passando a representar **82%** da população economicamente ativa do país. Como dito, levantamos duas conjeturas – a nosso ver, indissociáveis, e que portanto serão tratados em conjunto na seção 3 – para tentar explicar tais fluxos e refluxos da atividade laboral feminina: a Segunda Guerra Mundial como um possível motivo para explicar a queda da participação relativa dos homens no mercado de trabalho em 1940 (e a conseqüente expansão da atividade laboral feminina no mesmo período) e a importante onda de industrialização que caracterizou o governo Vargas (1930-1945).

3. O FENÔMENO DA GUERRA, O AVANÇO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS E O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

Na literatura especializada sobre os impactos causados pelas guerras mundiais, “a ideia de que a Grande Guerra alterou as relações entre os sexos e contribuiu muito mais para a emancipação das mulheres que anos ou mesmo séculos de combates anteriores é muito corrente.” (THÉBAUD, 1995, p. 31). De fato, é verdade que:

Para as mulheres, a guerra constitui uma experiência de liberdade e de responsabilidade sem precedentes. Em primeiro lugar, pela valorização do trabalho feminino ao serviço da pátria e pela abertura de novas oportunidades profissionais, em que as mulheres descobrem, geralmente com prazer, o manuseamento de utensílios e técnicas que desconheciam. A guerra destrói, por necessidade, as barreiras que opunham trabalhos masculinos e

trabalhos femininos e que vedavam às mulheres numerosas profissões superiores. (idem, p. 49).

Também é bastante conhecida a discussão acerca de toda a reconfiguração econômica que tem lugar quando do evento bélico. Os países centrais ao conflito concentraram as suas forças produtivas na indústria armamentista e na pesquisa e desenvolvimento de armas e táticas de guerra através de uma grande alocação de recursos e fatores de produção – circunstância essa denominada de “esforço de guerra”. O Brasil, muito embora em menor escala, não teria fugido a essa regra geral: o país também aumentou a sua produção industrial durante a guerra para atender as demandas dos Aliados. Foram construídas fábricas e indústrias para produção de armamentos, munições, veículos e outros equipamentos de guerra. Outros setores também contribuíram para o esforço de guerra, como a indústria têxtil, que produziu uniformes e tecidos para as tropas, e a indústria siderúrgica, que fornecia materiais necessários para a produção de armamentos (BUENO, 2008; SUZIGAN, 2021).

Algumas especificidades do caso brasileiro necessitam porém serem explicitadas, especialmente no tocante à sua entrada tardia e “forçada” no conflito. Oficialmente, apenas em agosto de 1942 o presidente Getúlio Vargas declarou guerra aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) tendo no entanto, o seu envolvimento na Guerra começado alguns meses antes, em março de 1941, quando ocorreu o bombardeamento do navio mercante brasileiro Taubaté no Mar Mediterrâneo. Além de armamentos, medicamentos e outros utensílios necessários ao conflito, o Brasil enviou em torno de 25 mil homens (de um contingente total de 60.000 que formaram as Forças Expedicionárias Brasileiras – FEB) para a frente de batalha (CASTRO, 2017, p. 4). Apesar da modéstia em termos de tropas e de equipamentos, a participação brasileira na Guerra teve um impacto significativo tanto na política externa quanto na política interna do país. Na prática, a entrada do Brasil no conflito já vinha sendo costurada há mais tempo com o apoio estadunidense, vinculada a algumas estratégias do Presidente Getúlio Vargas no âmbito econômico, particularmente no que toca a ampliação do desenvolvimento industrial brasileiro (OLIVEIRA, 2015).

O governo de Getúlio Vargas foi responsável por iniciar uma política industrial de substituição de importações no Brasil, priorizando a implantação de indústrias estatais para atuarem em setores estratégicos em termos de infraestrutura básica. Essa política resultou em uma transformação significativa na economia do país que passou de uma sociedade agrária com algumas indústrias leves para um país urbano e industrial, com importantes indústrias pesadas (ARVIN-RAD et al., 1997; FONSECA, 1989).

Segundo essa leitura que conjuga o esforço de guerra com a necessidade de industrialização do país, parece razoável supor que o setor industrial, e muito particularmente a chamada “indústria de transformação” – um conglomerado que inclui as indústrias de Construção, Couros e Peles, Metalúrgicas e Mecânicas, Produtos Alimentícios e Bebidas, Químicas e Farmacêuticas, Vestuário e Calçados e Têxteis, dentre outras – tivesse servido para a quebra de paradigmas estruturais, ao permitir a expansão do número de trabalhadoras mulheres que adentraram no mercado de trabalho durante esse período.

Trata-se, como vimos na Tabela 1, acima, do salto muito significativo de 62% entre o patamar da participação feminina no mercado de trabalho nos anos 1920, para aquele observada nos anos 1940. Vejamos, porém, o que os dados do Censo Industrial do IBGE – que agrupam o registro formal e declarado de estabelecimentos da indústria da transformação e o número de seus trabalhadores – dos anos de 1920, 1940 e 1950 nos dizem acerca da questão da inserção da força de trabalho feminino especificamente no setor industrial durante esse período, conforme a Tabela 2:

Tabela 2. Divisão por gênero dos trabalhadores da indústria de transformação – números totais e percentuais em 1920, 1940 e 1950:

Ano	1920		1940		1950	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregados Total	9.607.632		17.765.207		20.093.659	
Empregados na Indústria de transformação Total	313.156		815.041		1.309.616	
Percentagem	3,25%		4,58%		6,51%	
Empregados na Indústria de transformação por gênero	219.158	93.998	614.600	200.441	977.068	332.548
Percentagem	69,98 %	30,01%	75,40%	24,59%	74,60 %	25,39%

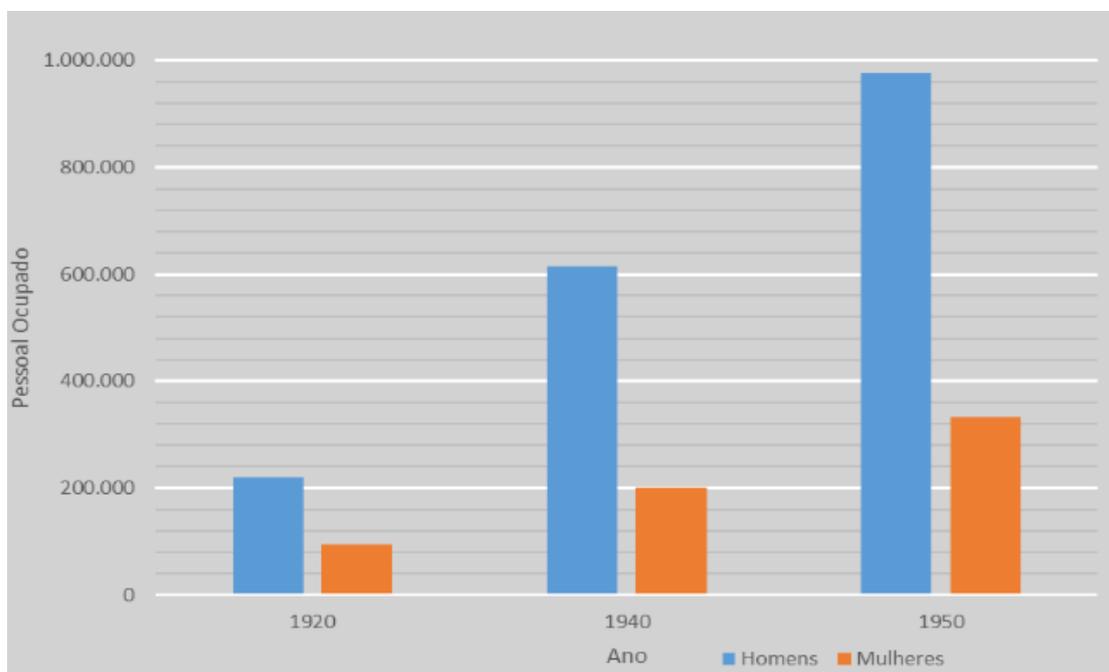
Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos censos demográficos do IBGE de 1920, 1940 e 1950

Saindo de patamares baixos em 1920, com 313.156 operários declarados, para 815.041 em 1940 (IBGE, 1920; IBGE, 1940), através das políticas governamentais colocadas em marcha na assim chamada “Era Vargas”, o número total de trabalhadores da indústria de transformação quase triplicou em 20 anos. Foi exatamente nesse período que a infraestrutura brasileira começou a se formar. Já em 1950 o total de pessoas empregadas neste setor representava aproximadamente 6,5% do total de pessoas empregadas no país: o dobro daquilo que representava em 1920. Porém, em 1950, do total de pessoas empregadas no setor industrial, aproximadamente 75% eram homens e apenas os restantes 25% eram mulheres (IBGE, 1950).

Com efeito, quando atentamos para a inserção feminina no setor da indústria de transformação, salta aos olhos o seguinte fenômeno: muito embora em termos absolutos o número total de mulheres tenha mais do que duplicado entre 1920 e 1940, passando de 93.998 para 200.441, a sua participação relativa na realidade caiu (!) de 30% para 24,6% nesse intervalo de duas décadas. E esse percentual de participação relativa conforme o gênero manteve-se praticamente inalterado na década seguinte, com as mulheres passando a representar aproximadamente 25,4% do total de trabalhadores do setor em 1950, muito

embora em termos absolutos, tenha havido um aumento de 50% comparativamente ao período anterior. Na figura 2, abaixo, podemos visualizar melhor a representação desses dados segregados por gênero:

Figura 1 - Pessoal ocupado, separado por sexo, nos estabelecimentos registrados das indústrias de transformação em 1920, 1940 e 1950.



Fonte: elaboração própria baseada dados do censo demográfico do IBGE de 1920, 1940 e 1950

Essa é talvez a principal razão que levou Safiotti (1976, p. 240) a afirmar que:

Ao contrário, pois, do que se supõe, o desenvolvimento industrial dos anos 30 não resultou em aumento relativo substancial do emprego da força de trabalho feminina. Embora tenha havido uma elevação no número absoluto de mulheres empregadas nos três grandes ramos da economia nacional, o aumento relativo do número de homens foi substancialmente maior, o que resulta na quase manutenção da proporção verificada, há vinte anos, entre a força de trabalho feminina e masculina efetivas da nação.

De fato, a tentativa de modernização e de transformação do Brasil em um Estado Novo, urbano e industrializado, fez com que Vargas organizasse um

projeto específico para cada setor da sociedade. Com esses novos projetos, as mulheres naturalmente também foram contempladas. No entanto, “apesar da maior participação na política, do sufrágio feminino de 1932 e a busca de uma inserção no mercado de trabalho, o projeto varguista possuía um discurso da mulher no espaço privado. De modo geral, houve incentivo para que as mulheres retornassem ao lar” (GONÇALVES, MACHADO, 2021, p. 338). Nesta direção, “diversas políticas foram tomadas para que os papéis preestabelecidos pela sociedade e legitimados pelo Estado permanecessem intactos. Esses papéis não fugiram muito da tríade esposa-mãe-dona de casa” (idem).

E o êxito das políticas e programas governamentais orquestrados no sentido de desestimular a inserção mulher do espaço público e reintegrá-la ao seu espaço originário, o âmbito doméstico, é palpável na medida em que também se deixa capturar pelos dados acerca das pessoas envolvidas com a atividade doméstica remunerada e não remunerada em 1920, 1940 e 1950, conforme se verá na Tabela 3, a ser apresentada na próxima seção.

Finda a Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a vitória dos Aliados, observou-se ainda uma readequação da economia com o retorno dos soldados para casa. Houve portanto a necessidade de se incentivar as mulheres a recolherem-se ao seu papel tradicional de donas de casa, reduzindo o número de mulheres empregadas. Por essa razão, Thébaud (1995, p. 33) enxerga a Guerra muito mais como um parêntese antes do retorno à normalidade, “um teatro de sombras em que as mulheres, na retaguarda, só aparentemente desempenham os papéis principais”. Esse parece ter sido exatamente o caso do Brasil. No recenseamento imediatamente subsequente ao final da Segunda Guerra, observa-se uma queda significativa na atividade laboral feminina simultaneamente a um regresso aos padrões tradicionais de divisão sexual do trabalho, com um aumento da atividade doméstica tanto não remunerada quanto remunerada.

Esse padrão se justificaria na medida em que, “em períodos de exceção, e a depender do país, a mulher poderia ser deslocada para o mercado de trabalho. Entretanto, com o retorno dos homens, o seu lugar permanecia no lar.” (FONSECA, 2019, p. 531). De fato, cultural e socialmente, para as mulheres, em geral – e para as mulheres brasileiras, em especial – nem tudo eram flores. “Embora desde 1943 a legislação tenha concedido licença para a mulher

trabalhar sem prévio consentimento do marido, o Código Civil o mantinha na chefia da família, com todos os direitos assegurados.” (PRIORE, 2020 p. 203). Pelos motivos antes apresentados, entendemos que as condições de contorno que caracterizaram o Brasil em meados do século passado não só ajudam a compreender o fato de não ter havido uma mudança estrutural em termos dos papéis de gênero no mercado de trabalho na década de 1940, quando houve um aumento real na participação laboral feminina, como também explicam a “volta para casa” dessas mulheres na década seguinte.

4. PANO DE FUNDO SÓCIO CULTURAL DA DÉCADA DE 1950: PATRIARCADO E MACHISMO INSTITUCIONALIZADOS: AS MULHERES VOLTANDO PARA CASA

Na década de 1950, um trabalho remunerado fora de casa para as filhas das classes médias e alta apenas era aceito – e assim mesmo com incontáveis restrições – se encarado como temporário, pois a norma era que, ao casar-se, caberia unicamente ao marido o sustento da casa, sendo situações diferentes da norma encaradas como vergonhosas para o homem.

Permanecia muito forte a imagem da mãe-esposa-dona de casa como a função mais importante das mulheres, correspondendo “àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa” (MALUF; MOTT, 1998: p. 374). Conforme mais abastada fosse a família, mais tradicionais nestes costumes poderiam ser. Para a grande maioria, ser dona de casa não era uma escolha, pois “as mulheres das classes mais abastadas não tinham muitas atividades fora do lar: eram treinadas para desempenhar o papel de mães e exercer as prendas domésticas” (PRIORE, 2020 p. 66). Apesar de a classe baixa também compartilhar do mesmo contexto sociocultural, “As [mulheres] pobres não tinham escolha senão garantir o próprio sustento. Eram, pois, costureiras e rendeiras, lavandeiras, fiadeiras ou roceiras.” (Idem, p. 67).

A legislação estava alinhada com o cerceamento da liberdade econômica das mulheres. O próprio Código Civil de 1916 corroborava a o entendimento de que o dever da mulher era construir uma família e que, conforme rezava o seu art. 233, inciso IV, “o marido é o chefe da sociedade conjugal,” Art. 242. “A mulher não pode, sem autorização do marido, inciso VII exercer profissão.” Art.

380. “Durante o casamento, exerce o pátrio poder o marido, como chefe da família (art. 233), e, na falta dele ou no seu impedimento, a mulher.”

Já quanto à mulher, nesse mundo juridicamente codificado e de proteção da família como entidade dotada de patrimônio, [...] [o código civil de 1916] lhe reservaram papel secundário, reflexo mesmo do lugar em que esta vivia.

[...]

O Código Civil de 1916 sofreu inúmeras alterações, sendo que a primeira delas se deu em 1919. Em decorrência do lugar ocupado pela mulher no mercado de trabalho e da efetividade dos ideais de igualdade, em 1962 retirou-se a mulher do artigo que classificava os relativamente incapazes, e em 1977 a Lei nº 6.515 incluiu o inciso IV no art. 267, para permitir o divórcio como uma das modalidades da dissolução conjugal. (JUNQUEIRA, s/d , p.5-6).

De fato, estamos falando de uma época em que o patriarcado se fazia sentir de forma muito mais contundente do que (ainda) o percebemos hoje. Em sua *definição mais ampla*, “patriarcado” significa a manifestação e institucionalização da dominação masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder. Mas não significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos. (LERNER, 2019, p. 290). Ainda acerca da sociedade brasileira de meados do século XX, Priore (2021, p.10) complementa:

[...] a descendência é patrilinear e a autoridade e a dignidade do chefe de família são veneradas e respeitadas, o patriarcado está presente em quase todas as culturas do mundo e se define como sistema em que os homens têm a tarefa de alimentar e proteger a família, assumindo todas as funções fora de casa. Às mulheres cabem a organização do lar e a educação dos filhos. Em 1945 o dicionarista Francisco Fernandes definia “patriarcal” como sinônimo de “bondoso”, “indulgente” e “pacífico”.

“Em seu significado limitado, patriarcado se refere ao sistema, derivado historicamente do direito grego e romano, em que o homem chefe de família tinha total poder legal e econômico sobre seus familiares dependentes, mulheres e homens” (LERNER, 2019, p. 289). Já o machismo compreende a forma mais tradicional de sexismo³, refletindo um preconceito ou discriminação contra um indivíduo ou grupo – no caso, as mulheres – em função de seu sexo e gênero. Em seu aspecto mais amplo, “define a ideologia de supremacia masculina, de superioridade masculina e de crenças que a apoiem e sustentem” (idem, p. 291), reforçando-se mutuamente com as estruturas patriarcais. Ambos aspectos estavam presentes de forma bastante contundente na formação do assim chamado “Estado Novo” brasileiro, conforme salienta Nahes (2007, p. 18):.

[...] é a partir da Era Vargas que a mulher sai das portas das fábricas, da militância, ou seja, do espaço público, persuadida pelo discurso ideológico do Estado que se firmava na ideia do *mens sana in corpore sano*, programas de aleitamento materno etc. Evidentemente, essa estratégia de retirada da mulher do espaço público e de retorno ao espaço privado do lar fazia parte de um projeto maior, o de um Estado autoritário, que tinha pressa em se estabelecer, unindo, sob forma de apropriação, o antigo discurso voltado para as massas e propagado pelos anarquistas e comunistas dos anos 20, ao discurso direcionado, agora, às elites industriais dirigentes do país.

Não por coincidência, quando comparamos, lado-a-lado, os fluxos e refluxos, as entradas e saídas das mulheres no espaço público do mercado de trabalho remunerado (Tabela 1) com os aumentos e retrações de sua participação no espaço privado do trabalho doméstico -- tanto remunerado quanto não remunerado – (Tabela 3, abaixo), percebemos um movimento como espelho do outro, e vice versa. Com relação aos homens, em toda a série histórica analisada foi estatisticamente insignificante a parcela masculina da

³ Ao sexismo contra homens dá-se o nome de “femismo”

população que respondeu ter como ocupação o trabalho doméstico, seja ele remunerado seja não remunerado⁴.

Tabela 3. Pessoas envolvidas com a atividade doméstica remunerada e não remunerada em 1920, 1940 e 1950 (valores absolutos e percentagens) frente ao número total de trabalhadores empregados por gênero:

Ano	1920		1940		1950	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
População por gênero	15.443.818	15.191.787	20.614.088	20.622.227	25.885.001	26.059.398
Trabalho Doméstico Não Remunerado⁵ por gênero	---	7.372.264	70.995	9.232.500	110.654	13.594.692
Percentagem⁷	---	48,52%	0,34%	44,76%	0,42%	52,17%
Empregados por gênero	8.129.504	1.478.128	13.338.127	4.427.080	16.505.769	3.587.890
Trabalho Doméstico Remunerado por gênero	70.335	293.544	37.194	520.100	46.676	626.882
Percentagem⁸	0,86%	19,85%	0,27%	11,75%	0,28%	17,47%

FONTE: Elaboração própria, segundo dados do IBGE de 1920, 1940 e 1950.

Já em relação às mulheres, vimos na Tabela 1 que elas aumentaram em 62% a sua participação relativa no total da população economicamente ativa do nosso país entre as décadas de 1920 e 1940. No mesmo período, observamos

⁴ Razão pela qual as participações no trabalho doméstico tanto remunerado quanto não remunerado foram calculadas pelos gêneros.

⁵ Em 1920, chegou-se à quantidade de indivíduos que desempenhavam atividade doméstica não remunerada por meio da soma das pessoas com profissão não declarada e sem profissão com 15 anos ou mais. Já em 1940 e 1950, o Censo do IBGE trazia a informação concreta de trabalhadores domésticos remunerados e não remunerado com idade de 10 anos ou mais.

⁶ Dados mal especificados.

⁷ A porcentagem de indivíduos que desempenham a Atividade Doméstica não remunerada foi calculada em razão da população total por gênero.

⁸ A porcentagem das pessoas na atividade de Serviço Doméstico Remunerado é calculada em relação ao total de pessoas empregadas por gênero.

agora na Tabela 3 que houve uma queda na sua participação nos trabalhos domésticos, tanto não remunerado quanto remunerado. No caso das “Donas de casa” (trabalho doméstico não remunerado) observamos que a queda foi da ordem de 8%, ao passarem de uma participação percentual de 48,52% do universo das mulheres em 1920 para 44,76% em 1940. Enquanto no caso do trabalho doméstico remunerado, houve uma queda de 41% no mesmo período, ao passarem de uma participação percentual de 19,85% do universo das trabalhadoras mulheres em 1920 para 11,75% em 1940. Já na passagem de 1940 para 1950, na Tabela 1 visualizamos uma queda da participação feminina no mercado de trabalho de 40%, ao passo que neste mesmo período houve um aumento percentual de aproximadamente 17% para o caso do serviço doméstico não remunerado, ao passarem de uma participação percentual de 44,76% do total das mulheres em 1940 para 52,17% em 1950, enquanto o trabalho doméstico remunerado houve um aumento de 48,68% entre 1940 e 1950, ao passarem de uma participação percentual de 11,75% do universo das trabalhadoras mulheres em 1940 para 17,47% em 1950.

Dado o que foi apresentado nas duas últimas seções, acreditamos que existem boas razões para crer que a conjuntura social/institucional e jurídica marcada pelo patriarcado que (ainda) caracterizava o Brasil de meados do século passado, associado a “uma política de desmobilização que teve por objetivo recriar, no mais curto dos prazos, um mercado de trabalho sexualmente diferenciado e restaurar as famílias tradicionais, sustentadas pelo pai e com a mãe permanecendo em casa.” (THÉBAUD, 1995, p. 79) parecem de fato estar associados tanto ao refluxo da situação laboral feminina no Brasil do pós guerra quanto ao seu retorno “para casa” na década seguinte, com o aumento da quantidade percentual das donas de casa e empregadas domésticas. Muito embora a historiadora francesa Michelle Thébaud estivesse, nesta citação, se referindo especificamente à França do pós Primeira Guerra mundial, a sua conclusão cai como uma luva também no contexto varguista do pós Segunda Guerra, como se procurou argumentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discutiu que avanços e retrocessos marcaram a participação da mulher no mercado laboral brasileiro em meados do século passado, mais especificamente entre o pré e o pós Segunda Guerra Mundial (JESUS; ALMEIDA, 2016). Procuramos apresentar e discutir as possíveis razões pelas quais no intervalo entre as décadas de 1920 e 1940, no período da Segunda Guerra Mundial e da importante onda de industrialização que marcou o Governo Vargas, houve um aumento na participação feminina nos postos de trabalho brasileiros que, no entanto, não conseguiu se consolidar na década de 1950.

O argumento principal que explica a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho durante as grandes guerras é que, com os homens saindo de seu ambiente inicial de trabalho a fim de participar de treinamentos e obrigações do exército, abria-se então espaço para que outros indivíduos – no caso, mulheres – ocupassem esses postos de trabalho, pois as fábricas, os estabelecimentos comerciais e os demais setores produtivos nacionais necessitaram de uma recomposição de mão-de-obra (COGGIOLA, 1995). Procuramos também argumentar que, lado-a-lado com o fenômeno do assim chamado “esforço de guerra”, ocorreu uma das mais intensas fases de industrialização brasileira, quando do governo do Presidente Getúlio Vargas, razão pela qual ambos os aspectos foram discutidos e interpretados conjuntamente.

Como foi analisado na segunda parte do trabalho, as diferenças nas participações masculinas e femininas no mercado de trabalho estão muito atreladas à cultura e os padrões sociais das sociedades, incluindo a brasileira. Então, por mais que tenha existido um crescimento considerável no número absoluto de mulheres ocupando postos de trabalho durante o período da guerra, esse não foi um indicativo definitivo de que a divisão sexual do trabalho tivesse sido superada. Internamente, fatores culturais como o patriarcado, o machismo e o conservadorismo ainda se faziam muito presentes na sociedade brasileira de meados do século XX, ditando padrões de comportamento, normas sociais e de ações que impediram as mulheres de explorar de forma consistente e

continuada um leque mais amplo de opções profissionais no mercado de trabalho. Prova disso foi tanto o fato de elas não terem conseguido se inserir no nascente setor industrial na década de 1940, como o retrocesso que se verificou na situação laboral feminina nos anos 1950, com a “volta para casa” das mulheres brasileiras. Significa dizer que, muito embora tanto o fenômeno da guerra quanto o esforço de industrialização brasileira – ocorridos no mesmo período – tenham tido grande influência na configuração do mercado trabalhista do país na década de 1940, ele não conseguiu sustentar essas mudanças durante a década seguinte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARVIN-RAD, Hassan; WILLUMSEN, Maria José e WITTE, Ann. Industrialização e desenvolvimento no Governo Vargas: uma análise empírica de mudanças estruturais. **Estudos Econômicos** 27, n. 1, 1997, p.127-166. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/116885/114420>
- BRASIL. Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916. BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:1915;000200793>
- BRAYHON, Gail. **Women Workers in the First World War**. Londres: Croom Helm, 1981.
- BUENO, Eduardo. **Produto Nacional: uma história da indústria no Brasil**. Brasília: CNI, 2008.
- CASTRO, Diego Armando. **A Mobilização do Exército Brasileiro e o Envio de Tropas para os Fronts da 2ª Guerra Mundial**. Trabalho de Especialização em História Militar. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2017. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/11930/1/DIEGO_ARMANDO_DA_SILVA_DE_CASTRO-%5B44758-11301-1-645738%5DTCC_DIEGO_ARMANDO.pdf
- COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: Xamã; EDUSP, 1995.
- DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FONSECA, Pedro. Vargas. **O capitalismo em construção**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FONSECA, Renan. Você será mobilizada(o)!: gênero e trabalho na Segunda Guerra Mundial – Estados Unidos e Brasil. **Antíteses**, v.12, n. 24, p. 517-542, jul-dez. 2019. Disponível em: [antiteses,+Gerente+da+revista,+6sociedadescientificas_FONSECA_p517-542\(1\).pdf](#)

GONÇALVES, Leandro; MACHADO, Vitória. Mulheres que Trabalham: as representações profissionais das mulheres nos Estados Novos de Getúlio Vargas e Antônio Salazar. **Projeto História**, São Paulo, v. 72, pp. 335 – 358, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/55121/38377>

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019 [1984].

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento do Brasil**, 1920, Estatística Predial e Domiciliaria do Brasil. Rio de Janeiro, 1930. (Volume IV, 6ª Parte). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26476>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: Dados Gerais, 1940**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd_1940_dadosgerais.pdf.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: Dados Gerais, 1950**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v3_t1_br.pdf.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo industrial 1950**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v3_t1_br.pdf.

JESUS, Cassiano; ALMEIDA, Isis. O Movimento Feminista e as Redefinições da Mulher na Sociedade após a Segunda Guerra Mundial. **Boletim Historiar**, n. 14, 2016, p. 09-27. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/download/5439/4460>

JUNQUEIRA, Eduardo. **Código Civil de 1916** [s/d] (publicação online). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/C%C3%93DIGO%20CIVIL%20DE%201916.pdf>

KON, Anita. A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 3, p. 89-109, 2002.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado. A História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sérgio e SCHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547 – 566, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/jshjDy5bBjYS9WxgQMgQT7N/abstract/?lang=pt>

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) & SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil** – Vol. 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

MILKMAN, Ruth. **Gender at work: the dynamics of job segregation by sex during World War II Champaign**. Urbana: University of Illinois Press, 1987.

NAHES, Semirames. **Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937- 1945)**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

OLIVEIRA, Dennison. **Aliança Brasil-EUA – nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINHEIRO, Letícia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. **Revista USP**, Dossiê “50 anos da Segunda Guerra”, São Paulo, n. 26, jun./ ago. 1995, p. 108-119.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRIORE, Mary Del. **Sobreviventes e Guerreiras: Uma breve História da Mulher no Brasil de 1500 a 2000**. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2021.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, Antoine; VICENT, Gérard (Org.). **História da Vida Privada: da Primeira Guerra aos nossos dias**. v. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 13-154.

RAMOS, Nayra. **O Trabalho Feminino e a Guerra: como conflitos armados modificaram participação feminina no mercado de trabalho em Ruanda e na Somália**. Brasília: UNB, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/24500/1/2018_NayraThamiresAlvesRamos_tcc.pdf

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod_resource/content/1/Saffioti%20%281978%29%20A_Mulher_na_Soc_Classes.pdf

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, Jardim. O “Esforço de Guerra” em Fortaleza: atividade patriótica e participação feminina nos anos 1940s. **SÆculum-Revista de História**, v. 30, p. 289 – 304, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/22251/12343>

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**, São Paulo: Hucitec, 2021.

THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle (Org.). **História das Mulheres no Ocidente: o século XX**. Porto: Afrontamento, 1995, p. 31-94.

Recebido em Julho de 2023
Aprovado em Julho de 2023